

PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA/ES

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**



AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



**INSTITUTO
CONSULPLAN**

CARGO: AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA**

O texto a seguir contextualiza as questões de **01** a **04**. Leia-o atentamente.

Paolla Oliveira é chamada de gorda em vídeo da Grande Rio; por que incomoda tanto o corpo de uma mulher livre?

Nas redes sociais, homens destilam comentários gordofóbicos, machistas e etaristas contra a atriz de 41 anos após ensaios gerais da Grande Rio, escola de samba da qual Paolla Oliveira é Rainha da Bateria.

Na última semana, o corpo de Paolla Oliveira virou notícia. Ou melhor: o peso da atriz. Quando ela apareceu no ensaio geral da escola de samba Grande Rio, da qual ela é Rainha da Bateria, a reação nas redes sociais dividiu entre elogios e comentários que a chamavam de “gorda” e “fora de forma”. Um deles chegou a usar outro termo: “Braço de merendeira”, enquanto outro até mesmo deduziu que o peso de Paolla estaria relacionado ao uso de anticoncepcionais.

Com 41 anos, sendo 20 de uma carreira consolidada na televisão, Paolla Oliveira também foi alvo de comentários etaristas. As pessoas apontaram que a atriz estava mudada. O motivo: está envelhecendo. Esses comentários foram feitos, majoritariamente, por homens.

(Camila Cetrone e Paola Churchill, Redação Marie Claire. São Paulo. Em: 23/12/2023.)

Questão 01

No subtítulo do texto, lê-se: “*Nas redes sociais, homens destilam comentários gordofóbicos, machistas e etaristas contra a atriz de 41 anos [...]*” Considerando os aspectos semântico e sintático, o trecho em destaque pode ser classificado como:

- A) Sujeito.
- B) Objeto direto.
- C) Objeto indireto.
- D) Adjunto adverbial.

Questão 02

No trecho “*Na última semana, o corpo de Paolla Oliveira virou notícia. Ou melhor: o peso da atriz.*” (1º§), os dois pontos são utilizados para introduzir:

- A) Causa.
- B) Explicação.
- C) Enumeração.
- D) Consequência.

Questão 03

Releia o fragmento “*Um deles chegou a usar outro termo: ‘Braço de merendeira’, enquanto outro até mesmo deduziu que o peso de Paolla estaria relacionado ao uso de anticoncepcionais.*” (1º§) O processo de escrita envolve estratégias que visam relacionar informações, atribuindo sentido a elas sem que haja repetição exaustiva de um mesmo termo ou expressão. Este processo denomina-se de coesão. Ela influencia e define diretamente a produção de coerência textual. A partir dessas informações, analise as afirmativas a seguir.

- I. A expressão “um deles” e o vocábulo “outro” da expressão “enquanto outro” foram usados anaforicamente. Ambos retomam a informação “usuário”.
- II. A expressão “um deles” foi usada anaforicamente, retomando a informação “comentário” e as expressões “outro termo” e “enquanto outro” foram usados cataforicamente, ambos antecipando a informação “termo”.
- III. As expressões “um deles” e “outro termo” foram usados, ambos, anaforicamente, retomando a informação “comentário” e a expressão “enquanto outro” foi usada cataforicamente, antecipando a informação “usuário”.
- IV. O termo “outro” da expressão “outro termo” foi usado cataforicamente, antecipando a informação “termo”.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

Questão 04

Em “[...] a reação nas redes sociais dividiu entre elogios e comentários que a chamavam de ‘gorda’ e ‘fora de forma’.” (1º§) Assinale a afirmativa que indica a concordância verbal correta dos verbos em destaque.

- A) O verbo “dividiu” concorda com o termo “a reação” e o verbo “chamavam” concorda com “elogios e comentários”.
- B) O verbo “dividiu” concorda com o termo “a reação” e o verbo “chamavam” concorda com o termo “as redes sociais”.
- C) O verbo “dividiu” concorda com a expressão “gorda” e o verbo “chamavam” concorda com usuários das redes sociais.
- D) Tanto o verbo “dividiu” quanto o verbo “chamavam” concordam com a informação implícita: usuários das redes sociais.

Questão 05

Leia a tira a seguir:



Considerando a regra de acentuação do Novo Acordo Ortográfico que justifica a grafia da palavra “História” no primeiro quadrinho, assinale a alternativa que contém duas palavras obedecendo a mesma regra de acentuação.

- A) Específica / ódio / até / máquina.
- B) Até / páginas / violência / misóginos.
- C) Ódio / vítimas / violência / específica.
- D) Últimos / país / ódio / misóginos, têm.

O texto a seguir contextualiza as questões de 06 a 08. Leia-o atentamente.

A quem interessa a monetização da misoginia?

E até quando o Congresso irá colaborar com a engrenagem que fere e mata mulheres?

Nos últimos dias presenciamos a atriz Paolla Oliveira sofrer uma enxurrada de ataques misóginos relativo à sua aparência, e de igual maneira assistimos também a triste notícia de que a jovem Jéssica Vitória perdeu sua vida após não suportar um linchamento virtual misógeno oriundo de uma *fake news* difamatória a seu respeito. Entretanto é preciso dizer que esses dois casos não são isolados. A verdade é que as redes sociais têm se tornado uma máquina de moer, violentar e adoecer mulheres.

No país que, desde sua colonização, incentiva a opressão e violência contra mulheres, o avanço legislativo que tenta mitigar esse resquício histórico misógeno não tem se mostrado suficiente diante da velocidade das ferramentas tecnológicas. Isso porque a Agência Brasil apurou que, entre 2021 e 2022, houve um aumento de mais de 251% nos casos de misoginia e opressão contra mulheres nas redes sociais, e já *Safernet* deu conta de que mais de 67% das vítimas de discurso de ódio nas redes sociais são mulheres.

Esses dados acendem um alerta de que não há uma legislação específica de combate à misoginia virtual – tampouco punição efetiva para esses ataques virtuais contra as mulheres – e, por silogismo, escancara a engrenagem de uma rede coordenada de sites e páginas que encontraram em fomento, incentivo e induzimento a misoginia uma forma de auferir lucro, sem que sejam punidas judicialmente e banidas pelas plataformas digitais que hospedam. Ou seja, aproveitam-se da impunidade para auferir lucro com a dor das mulheres e o ódio contra elas.

Mas, se temos uma legislação ineficiente e uma punição ausente para tais páginas e sites, por outro lado é necessário lembrar que o mesmo ocorre com as plataformas digitais onde essas páginas operam, que, por não serem regulamentadas e responsabilizadas pela omissão ao não punir e banir tais páginas, demonstram de igual forma que tem sido interessante lucrar com todo esse ódio misógeno contra as mulheres. E, deste modo, a pergunta que não quer calar é: até quando o Congresso Nacional seguirá se omitindo e, portanto, colaborando para que toda essa engrenagem que tem adoecido e até matado mulheres siga intacta sem qualquer punição ou sem responsabilização?

As plataformas digitais têm sido o motor para a manutenção desses ataques misóginos, ao se esquivarem de banir perfis que se sustentam da incitação à misoginia. E, por isso, falar em regulamentação das plataformas digitais não é falar de censura e tampouco cerceamento da liberdade de expressão (que se anote não é sinônimo de liberdade para praticar crime), é falar sobre segurança, regras, diretrizes e punições para que o ambiente virtual possa ser sadio, respeitoso e seguro para as mulheres.

A quem interessa a manutenção da misoginia virtual? Eu mesma respondo: a quem lucra com o ódio contra as mulheres.

(Fayda Belo, Advogada especialista em crimes de gênero. Folha de S. Paulo. Em: 04/01/2024.)

Questão 06

No trecho “*Isso porque a Agência Brasil apurou que, entre 2021 e 2022, houve um aumento de mais de 251% nos casos de misoginia e opressão contra mulheres nas redes sociais, [...]*” (2º§) a palavra em destaque, trata-se de um verbo

- A) pessoal, no singular e concorda com o sujeito “um aumento”.
- B) pessoal, no singular e concorda com o sujeito “Agência Brasil”.
- C) impessoal que pode ser substituído em equivalência pelo verbo “existir”.
- D) impessoal e indica tempo decorrido, semelhante ao “fazer” em indicações de tempo transcorrido.

Questão 07

Em “*Esses dados acendem um alerta de que não há uma legislação específica de combate à misoginia virtual [...]*” (3º§) a palavra em destaque é um pronome. Sobre ela, assinale a alternativa correta quanto à classificação pronominal.

- A) pessoal.
- B) relativo.
- C) possessivo.
- D) demonstrativo.

Questão 08

Releia: “*As plataformas digitais têm sido o motor para a manutenção desses ataques misóginos, ao se esquivarem de banir perfis que se sustentam da incitação à misoginia.*” (5º§). Quanto ao uso da crase no trecho em destaque, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Se a palavra “misoginia” estivesse no plural, o uso da crase no plural seria obrigatório.
- B) Se no lugar de “misoginia” a palavra fosse “androcentrismo”, a crase continuaria obrigatória.
- C) Se a palavra “misoginia” estivesse acompanhada de um pronome possessivo, a crase seria facultativa.
- D) O uso da crase antes da palavra “misoginia” é obrigatório, já que a palavra é feminina e há exigência da preposição “a”.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 09

Determinado restaurante oferece três tipos de rodízios:

- Rodízio de churrasco – R\$ 85,00 por pessoa;
- Rodízio de petiscos – R\$ 45,00 por pessoa;
- Rodízio de pizzas – R\$ 60,00 por pessoa.

Em determinada noite, 21 pessoas foram a este restaurante e todos pediram algum dos três tipos de rodízio. Sabendo-se que o valor total recebido pelos rodízios foi R\$ 1.470,00. Pode-se concluir que, no mínimo, quantas pessoas pediram o rodízio de churrasco nessa noite?

- A) 8 rodízios.
- B) 9 rodízios.
- C) 10 rodízios.
- D) 11 rodízios.

Questão 10

Certa pizzaria oferece dez sabores diferentes de pizza e o cliente pode montar a sua pizza com até quatro sabores distintos. Dessa forma, qual é o total de possíveis combinações de sabores que um cliente pode comprar nessa pizzaria?

- A) 210.
- B) 280.
- C) 330.
- D) 385.

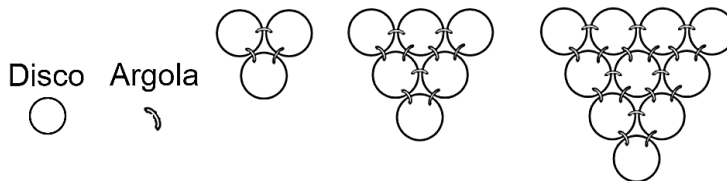
Questão 11

Em um condomínio foi criado um sistema de multas com base em pontos. O condômino recebe 1 ponto por cada infração e deve pagar as multas com base em uma regra cumulativa, cujo valor a ser pago para cada multa é dado pela seguinte equação: $v = 1,5n + 50$, em que v é o valor de cada multa e n é o número de pontos acumulados. Assim, um condômino que acumular duas multas terá dois pontos acumulados e deverá pagar o valor referente a 1 ponto para a primeira multa e um valor referente a 2 pontos para a segunda multa. Essa lógica se repete para qualquer número de multas. De acordo com essas informações, se um condômino dever o total de R\$ 454,00 em multas é possível concluir que ele possui quantos pontos acumulados?

- A) 6.
- B) 7.
- C) 8.
- D) 9.

Questão 12

Fernanda faz alguns colares usando discos de prata e argolas. Ela prende os discos com as argolas deixando-os em formato de triângulos equiláteros, conforme as figuras a seguir:



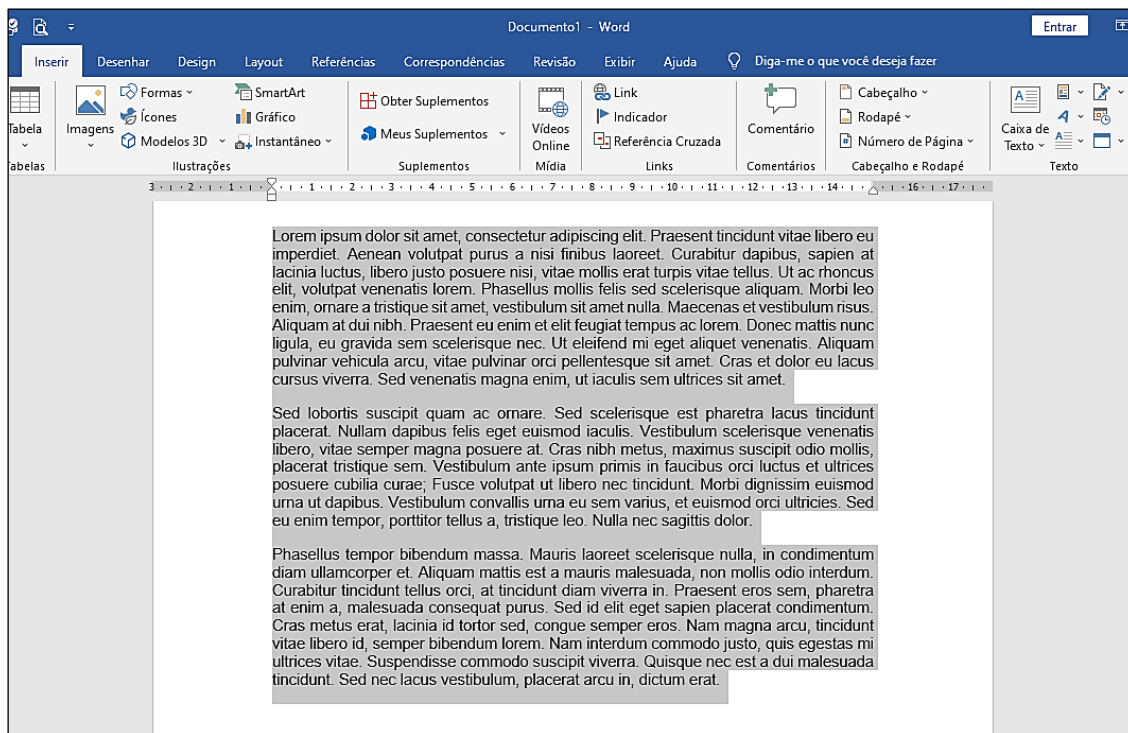
Conforme aumenta-se o número de fileiras do colar, aumentam-se também as quantidades de discos e argolas necessárias para unir toda a peça. Se Fernanda seguir o mesmo padrão representado na imagem, para fazer uma peça com 11 discos na última fileira, quantas argolas ela deverá usar?

- A) 99.
- B) 165.
- C) 173.
- D) 198.

INFORMÁTICA

Questão 13

Observe o seguinte texto criado no **Word 2019**:



Considere usar a opção “Adicionar um Capitular” da Aba Inserir para criar um efeito no texto. É correto afirmar que tal opção:

- A) Aumenta o tamanho de todas as letras do parágrafo.
- B) Insere um marcador de posição no início do parágrafo.
- C) Substitui o texto do parágrafo por um texto decorativo.
- D) Aplica um destaque especial à primeira letra do parágrafo.

Questão 14

Observe a seguinte tabela criada no *Excel 2019*:

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	Disciplina	Nota 1	Nota 2	Nota 3	Nota 4	Nota 5	Média	Maior nota	Menor nota
2	A	75	85	90	80	96			
3	B	60	70	80	79	88			
4	C	85	90	95	92	76			
5	D	70	75	80	60	74			

A fórmula que calcula a Média, a Maior e a Menor nota de cada disciplina é:

- A) =AVG(B2:F2); =MAIOR(B2:F2); =MENOR(B2:F2)
- B) =MÉDIA(B2:F2); =MAIOR(B2:F2); =MENOR(B2:F2)
- C) =AVG(B2:F2); =MÁXIMO(B2:F2); =MÍNIMO(B2:F2)
- D) =MÉDIA(B2:F2); =MÁXIMO(B2:F2); =MÍNIMO(B2:F2)

Questão 15

No Sistema Operacional *Windows 10*, a área de trabalho é um espaço central para a interação com o sistema. Sobre os componentes-padrão encontrados na área de trabalho, analise as afirmativas a seguir.

- I. A barra de tarefas exibe apenas os ícones dos aplicativos abertos, sem oferecer atalhos para programas.
- II. O ícone da Lixeira é um componente fixo na área de trabalho e não pode ser removido com o botão “Delete” e nem com o menu de contexto quando clicado com o botão direito do *mouse*.
- III. A barra de pesquisa na barra de tarefas é uma funcionalidade opcional que pode ser ocultada de acordo com a preferência do usuário.
- IV. O menu Iniciar é um elemento da área de trabalho que fornece acesso rápido aos aplicativos instalados e a outros recursos do sistema.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) I, II e IV.
- D) II, III e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 16

A Constituição da República tece sobre a responsabilidade civil das pessoas de jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos quando causarem danos a terceiros. Sobre o exposto, assinale a afirmativa correta.

- A) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos, juntamente com o agente responsável.
- B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos que seus agentes causarem no exercício da função pública.
- C) O agente responsável pelo evento danoso responderá perante a terceiro, considerando o dolo ou culpa do seu ato, assegurado o direito de regresso contra o ente público.
- D) O ente público e as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos juntamente com o agente responsável; em caso de condenação, deve a sentença estabelecer quem será o responsável pelo pagamento da indenização.

Questão 17

Sobre as autarquias, assinale a afirmativa correta.

- A) As autarquias podem ter personalidade jurídica de direito privado.
- B) A existência de uma autarquia pressupõe a aplicação do princípio da especialidade.
- C) As autarquias são autorizadas por lei e a personalidade nasce com o registro dos atos constitutivos em cartório.
- D) As autarquias estão subordinadas hierarquicamente à Administração Pública Direta que as instituiu, sofrendo um controle finalístico chamado de supervisão ou tutela ministerial.

Questão 18

A Constituição Federal afirma que a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Assinale a alternativa que NÃO é uma política de ordem social prevista na Constituição.

- A) Saúde.
- B) Seguridade Social.
- C) Defensoria Pública.
- D) Ciência, Tecnologia e Inovação.

Questão 19

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) prevê a possibilidade de acordo de não persecução civil, que tem por finalidade impedir o início ou por fim a uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sendo necessário algumas condições; analise-as.

- I. O integral ressarcimento do dano.
- II. A reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.
- III. A proposta de acordo de não persecução civil que deve ocorrer antes de proferida a sentença do juízo de origem.
- IV. A proposta acordo de não persecução civil deve partir do Ministério Público e, em caso de ressarcimento integral do dano, é dispensada a oitiva do ente federativo lesado.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

Questão 20

O atual pátio para depósito de materiais, máquina e veículos da Prefeitura de Iúna não está comportando o volume de bens. A municipalidade tem interesse em locar o terreno de 1.000 m² que confronta com o atual pátio, visto que o imóvel possui características de instalações e de localização indispensáveis para a continuidade do serviço público e eficiência. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), sobre o processo licitatório, considerando o caso hipotético proposto, assinale a afirmativa correta.

- A) A locação de imóveis deve ser feita por meio de diálogo competitivo.
- B) O processo licitatório, neste caso, é inexigível, podendo fazer a contratação direta.
- C) Diante das dimensões do imóvel, a locação deve ser feita por meio da concorrência, cujo critério de julgamento deve ser a melhor técnica e preço.
- D) Por haver benfeitorias no imóvel, deverá ser precedida de licitação, na modalidade pregão, e avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações e do prazo de amortização dos investimentos necessários.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 21

A Lei Orgânica Municipal tem o papel de regular temas essenciais ligados à Administração Pública e aos servidores que a integram. Dentre as disposições a seguir, de acordo com a referida legislação, assinale a INCORRETA.

- A) É possível a acumulação remunerada de cargo públicos, como regra.
- B) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e o direito de greve; este último exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- C) O regime jurídico dos servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas é o estatutário, devendo ser regulamentado por lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal.
- D) É vedada a dispensa do servidor sindicalizado, a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da Lei.

Questão 22

Examine o seguinte excerto da Lei Orgânica Municipal de Iúna: “serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública que requeira, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada”. O conceito em análise traduz a ideia de:

- A) Autarquia.
- B) Empresa pública.
- C) Fundação pública.
- D) Sociedade de economia mista.

Questão 23

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Iúna, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ao Vereador do município de Iúna que estiver participando de evento em Vitória, é garantida a inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos.
- II. É admitida a iniciativa popular de emenda à Lei Orgânica, mediante proposta de cinco por cento dos eleitores do Município. Tal iniciativa, contudo, é vedada em projetos de lei de qualquer espécie, cuja iniciativa pode ser exercida apenas pelos membros do Legislativo e, em certos casos, ao chefe do Executivo.
- III. A lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos é exemplo de tema que deverá ser tratado por lei complementar, a qual somente será aprovada se obtiver maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.

Questão 24

A Procuradoria Geral do Município de Iúna:

- A) Tem como incumbência representar o município apenas judicialmente.
- B) Tem seu Procurador-Geral nomeado livremente pelo Prefeito Municipal.
- C) Não tem como competência atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, as quais cabem à controladoria interna.
- D) Possui o regulamento acerca da sua organização e funcionamento dispostos em lei complementar, aprovado por maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

Questão 25

Considere a seguinte situação hipotética: no ano de 2030, Adonias, cidadão atuante na seara política, decide engajar os moradores do povoado onde reside, localizado na zona rural de Iúna, em uma campanha para pleitear o reconhecimento da referida comunidade como um distrito do município. Considerando que o regramento da situação no ano de 2030 é o mesmo adotado atualmente pela Lei Orgânica Municipal, NÃO representa um dos requisitos necessários para a criação do distrito pretendida por Adonias:

- A) Decreto do Executivo.
- B) Consulta plebiscitária à população diretamente interessada.
- C) Existência, na povoação-sede, de pelo menos, cinquenta moradias.
- D) População, eleitorado e arrecadação não inferiores a cinco por cento do Município.

Questão 26

De acordo com o que dispõe a Lei Municipal nº 2.137/2008 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iúna, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () As funções de confiança serão exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.
- () O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei municipal específica que assegure a manutenção dos serviços e das atividades essenciais e garanta o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
- () É vedada transferência, remoção ou localização *ex-officio* do servidor investido em cargo eletivo, inclusive sindical, desde a posse ou expedição do diploma até o término do mandato.

A sequência está correta em

- A) F, V, V.
- B) V, V, V.
- C) V, F, F.
- D) F, V, F.

Questão 27

As situações hipotéticas a seguir descrevem condutas praticadas por servidores públicos efetivos: Fulano utilizou pessoal e recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares; Sicrano opôs resistência injustificada ao andamento de processo; Beltrano fez afirmação falsa como testemunha em processo disciplinar. É correto afirmar, com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iúna, que:

- A) Fulano, Sicrano e Beltrano estão sujeitos à pena de suspensão, nos termos da Lei.
- B) Fulano está sujeito à pena de demissão, enquanto que Sicrano e Beltrano serão exonerados do cargo.
- C) Fulano, Sicrano e Beltrano estão sujeitos, respectivamente às sanções de advertência, demissão e exoneração.
- D) Apenas Fulano e Sicrano estão sujeitos a sanções, sendo que Beltrano apenas poderá ser excluído do referido processo disciplinar.

Questão 28

Sobre os temas do processo administrativo e da sindicância, conforme as previsões do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iúna, analise as afirmativas a seguir.

- I. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público e não promover os atos necessários à instauração do procedimento administrativo disciplinar ou da sindicância, nos termos da Lei, estará sujeita a sofrer as sanções de ordem administrativa, civil e penal, conforme o caso.
- II. Concluída a defesa, a Comissão responsável pelo processo ou sindicância proferirá decisão, na qual deverá constar relatório e a sanção imposta, remetendo os autos para o chefe da repartição do acusado, para fins de cumprimento imediato.
- III. O servidor só será exonerado a pedido após a conclusão do processo administrativo a que responder, desde que reconhecida a sua inocência.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.

Questão 29

Tício, servidor efetivo com experiência de trinta anos no serviço público, é procurado por seu amigo Mévio, que o relata sobre sanção disciplinar sofrida recentemente em processo administrativo que teve seu curso regularmente observado. Mévio afirma sua inocência e questiona a Tício se há alguma possibilidade de revisão do processo administrativo que resultou em sua sanção disciplinar. De acordo com o Estatuto dos Servidores de Iúna, Tício informou corretamente que:

- A) A única maneira de Mévio conseguir rever o processo administrativo seria por meio do ajuizamento de ação judicial para esse fim.
- B) Não há possibilidade de revisão, uma vez que o processo administrativo cumpriu seu curso regular, operando-se a chamada coisa julgada administrativa.
- C) O pedido de revisão por Mévio tendo como fundamento a injustiça da sanção aplicada deve ser a ele garantido, considerando o direito à ampla defesa e contraditório constitucionalmente previstos.
- D) Para a revisão do processo é necessário que sejam aduzidos fatos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência de Mévio ou a atenuação da sanção aplicada, havendo a garantia de que, da revisão do processo, não resultará agravamento de penalidade.

Questão 30

Haroldo, servidor estável, teve invalidada a sua demissão por decisão administrativa. Sobre o caso hipotético em exame, com base no Estatuto dos Servidores de Iúna, é correto afirmar que Haroldo:

- A) Enquadra-se na hipótese denominada de reversão pelo Estatuto dos Servidores.
- B) Se reintegrado no cargo anteriormente ocupado, não faz jus ao ressarcimento dos vencimentos, direitos e vantagens permanentes.
- C) Após sua reinvestidura, ficará em disponibilidade remunerada, na hipótese de o cargo anterior ter sido extinto, ou, se o cargo anterior houver sido transformado, ocupará o cargo resultante da transformação.
- D) Não pode ser reinvestido no serviço público, pois a legislação somente garante seu retorno ao cargo anteriormente ocupado no caso de invalidação da demissão por decisão judicial transitada em julgado.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 31

Sobre o dever de prestação de contas das autoridades públicas, de acordo com a legislação correlata e o entendimento dos tribunais superiores pátrios, assinale a afirmativa correta.

- A) É constitucional, com base na autonomia federativa, norma de Constituição estadual que dispensa apresentação de parecer prévio sobre as contas de chefe do Poder Executivo municipal a ser emitido pelo respectivo tribunal de contas estadual.
- B) A apreciação das contas de prefeito, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos tribunais de contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores.
- C) O parecer técnico elaborado pelo tribunal de contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à câmara de vereadores o julgamento das contas anuais do chefe do Poder Executivo local, sendo possível, excepcionalmente, o julgamento ficto das contas por decurso de prazo, hipótese em que prevalecerá a conclusão do referido parecer.
- D) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, dentre outras atribuições, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento, o qual somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros do Congresso Nacional.

Questão 32

Sobre os sistemas de controle interno, analise as afirmativas a seguir.

- I. O controle interno se caracteriza como controle de natureza administrativa no âmbito interno de cada Poder, de forma integrada.
- II. No âmbito federal, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência à Controladoria-Geral da União e ao Ministério Público Federal, sob pena de responsabilidade solidária.
- III. A fiscalização exercida pela Controladoria-Geral da União (CGU) é interna, feita exclusivamente sobre verbas provenientes do orçamento do Executivo. Por essa razão, a CGU não pode fiscalizar a aplicação de verbas federais quando estas estejam sendo aplicadas em outro ente federado às quais foram destinadas.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.

Questão 33

Tomada de contas especial é um processo administrativo devidamente formalizado, com rito e finalidade próprios. A seu respeito, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A tomada de contas especial pressupõe, dentre outros fatos, a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- B) A tomada de contas especial é instrumento que deve ser instaurado pela Administração, não sendo dado ao Tribunal de Contas fazê-lo, vez que sua atuação se limita ao julgamento das contas.
- C) Dentre outras hipóteses, serão arquivadas as tomadas de contas especiais, antes do encaminhamento ao Tribunal de Contas, nas hipóteses de recolhimento integral do débito, devidamente atualizado.
- D) Antes da instauração da tomada de contas especial, devem ser adotadas medidas administrativas para caracterização ou elisão do dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos.

Questão 34

Em relação ao tema imunidades na seara tributária, assinale a afirmativa correta.

- A) Em virtude da imunidade tributária recíproca, caso um Município venha a instituir taxa de coleta domiciliar de lixo, esta não poderá ser por ele exigida com relação aos imóveis federais e estaduais localizados sem seu território.
- B) A imunidade relativa a patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos não subsiste quando imóvel a eles pertencentes estiverem alugados a terceiros e, ainda, que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.
- C) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da Lei.
- D) A Constituição vigente afasta a possibilidade da chamada imunidade tributária recíproca extensiva, de modo que é possível, por exemplo, a instituição de impostos pelo Município que incidam sobre patrimônio, renda ou serviços, de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público federal e estadual.

Questão 35

De acordo com a disciplina constitucional vigente sobre as finanças públicas e orçamentos, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () É reservada à lei complementar, de iniciativa do Poder Executivo, o estabelecimento do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais.
- () Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- () A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da Lei.

A sequência está correta em

- A) F, V, V.
- B) V, V, V.
- C) V, F, F.
- D) F, V, F.

Questão 36

Guilherme é auditor de controle interno do Município Alfa e foi requisitado por seu superior imediato a analisar uma série de ações dos gestores competentes na seara tributária quanto à sua legalidade e regularidade. Dentre as ações analisadas, assinale aquela que **NÃO** tem respaldo no Código Tributário Nacional.

- A) Divulgação de informações relativas a inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública, parcelamento ou moratória.
- B) Isenção restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- C) Anistia concedida limitadamente às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas com penalidades de outra natureza.
- D) Utilização dos princípios gerais de direito privado para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, bem como definição dos respectivos efeitos tributários.

Questão 37

No departamento fiscal do Município Alfa tramita determinado processo administrativo em que se discute sobre qual a legislação aplicável ao lançamento de créditos tributários e penalidade pecuniária. Os três servidores lotados no departamento, Hugo, José e Luiz, se manifestaram sobre o tema. Hugo afirmou que, no que concerne à legislação que define fatos geradores e bases de cálculo, o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela Lei então vigente. José asseverou que, se tratando de legislação formal, a aplicabilidade é imediata, ou seja, são aplicáveis ao lançamento as normas formais que estiverem em vigor na data da realização do próprio procedimento. Luiz, por fim, ponderou que não se aplica ao procedimento de lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas. Sobre as opiniões formuladas pelos servidores, de acordo com a previsão do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- A) Somente Luiz está correto.
- B) Somente Hugo está correto.
- C) Hugo, José e Luiz estão corretos.
- D) Somente Hugo e José estão corretos.

Questão 38

À luz das disposições da LRF – Lei Complementar nº 101/2000, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A LRF limita a Despesa Total com Pessoal (DTP) dos entes da Federação em função da Receita Corrente Líquida (RCL). Nos Municípios, a DTP, calculada com base no regime de competência, não poderá ultrapassar 70% da RCL em cada período de apuração.
- () A Lei determina ainda que é vedado, nos dois últimos quadrimestres do mandato dos Chefes de Poder, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja disponibilidade de caixa para este efeito.
- () No último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo é vedada a contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, bem como a edição de qualquer ato que implique aumento de despesa com pessoal.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, V, V.
- C) V, F, F.
- D) F, V, F.

Questão 39

A Instrução Normativa nº 68/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, estabelece critérios para prestação de contas e envio de informações pelos entes jurisdicionados. Considerando suas instruções, analise as afirmativas a seguir.

- I. O referido documento se aplica apenas aos órgãos da Administração Direta dos Municípios e do Estado do Espírito Santo, bem como aos Consórcios Públicos.
- II. As contas anuais do Chefe do Poder Executivo dos Municípios enviadas ao Tribunal de Contas do Estado devem estar acompanhadas de Relatório e Parecer Conclusivo da Unidade Responsável pelo Controle Interno, que consiste em relatório final dos procedimentos de análise realizados pelo órgão de controle interno sobre as contas objeto de apreciação, compreendendo aspectos de natureza orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e de gestão fiscal, com observância à legalidade, legitimidade e economicidade da gestão dos recursos públicos e opinião expressa sobre a prestação de contas.
- III. A PCA de Chefe de Poder Executivo municipal deve ser encaminhada ao TCE-ES até noventa dias após o encerramento do exercício, salvo outro prazo fixado na Lei Orgânica Municipal, conforme dispõe o §1º do Art. 76 da Lei Complementar Estadual nº 621/2012, devendo o prefeito comunicar e comprovar tal situação ao TCE-ES.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 40

Além das Normas de Auditoria editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a atividade de auditoria governamental é regulamentada pelas Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – NBASP. “Sendo assim, à luz da NBASP 100 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público, a auditoria do setor público pode ser descrita como um processo _____ de obter e avaliar objetivamente _____ para determinar se as informações ou as condições _____ de um objeto estão de acordo com critérios _____.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) sistemático / provas / reais / desejados
- B) sistemático / evidências / reais / aplicáveis
- C) ametódico / evidências / esperadas / desejados
- D) metódico / informações / esperadas / aplicáveis

ATENÇÃO



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório, constituída de 1 (uma) dissertação, versando sobre tema de conhecimento geral. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas e, ainda, ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Deverão ser observados os limites mínimos de 15 (quinze) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas; sob pena de perda de 0,5 (zero vírgula cinco) ponto a cada linha abaixo do limite mínimo exigido. As linhas que excederem ao limite máximo serão desconsideradas para fins de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado no edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Para efeito de pontuação serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

Aspectos avaliados de acordo com a norma padrão	Pontos descontados por erro	Total de Pontos
Pontuação, ortografia e apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos)	0,25 ponto	4,0 pontos
Morfossintaxe (morfologia e sintaxe)	0,25 ponto	4,0 pontos
Seleção vocabular (adequação vocabular e adequação à situação linguística e ausência de marca da oralidade)	0,25 ponto	2,0 pontos
Coesão e coerência (conexão e relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto)	0,5 ponto	5,0 pontos
Compreensão e conhecimento do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado)	0,5 ponto	5,0 pontos
TOTAL	-	20 pontos

Texto I

Lei Seca surte efeito em jovens, mas ainda precisa melhorar, alerta especialista

Após 15 anos de sua implementação, a Lei Seca do Brasil (Lei nº 11.705/2008) parece surtir cada vez mais efeito na população mais jovem que dirige automóveis. Ao menos é o que indica uma pesquisa realizada neste ano pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran). Segundo o relatório, que traz diversas estatísticas relacionadas ao assunto, 19,8% dos motoristas flagrados ao volante sob efeito de álcool têm menos de 30 anos.

O que chama atenção é que esse porcentual é menor que o de motoristas mais velhos flagrados dirigindo sob efeito do álcool. Em pessoas na faixa dos 30 aos 40 anos, o índice chega a 30,7% do total, o que coloca essa turma na liderança da tabela divulgada pela Senatran. Eles são seguidos pela faixa etária dos 41 aos 50 anos, que representam 23,4%.

O músico e estudante Orlando Miotto, de 23 anos, é prova de que o pensamento da geração mais jovem parece ser diferente, sobretudo porque os condutores habilitados de sua faixa etária tiraram a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) após a criação da Lei Seca.

Ele afirma que não dirige depois de beber, porque cresceu em um mundo onde álcool e direção sempre foram tratados quase que como um pecado capital. “Justamente por conta dessa conscientização em todos os lugares, eu sinto que não consigo beber e dirigir com a consciência limpa.”

(Disponível em: <https://jornal.usp.br/noticias/>. Fragmento.)

Texto II



(Disponível em: [https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/comunicacao/noticias/noticias/2023/maio/movimento-maio-amarelo-reforca-a-importancia-de-aco-es-para-reduzir-acidentes-de-transito.](https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/comunicacao/noticias/noticias/2023/maio/movimento-maio-amarelo-reforca-a-importancia-de-aco-es-para-reduzir-acidentes-de-transito))

Texto III

Dados da OMS mostram que países de baixa e média renda concentram 60% das mortes por sinistros de trânsito no mundo. Comparando os dados do Brasil com a Europa, podemos apontar quatro diferenças importantes para compreendermos por que a insegurança viária é tão alarmante por aqui: infraestrutura, segurança veicular, educação e economia.

Qualquer um que cruze o Atlântico percebe, em poucas horas observando ruas e rodovias do Velho Continente, que a infraestrutura da Europa, em geral, tem melhor pavimento, sistemas modernos contra impactos, sinalização ostensiva e uma manutenção regular. Quem conduz um veículo percebe, claramente, que lá é mais seguro do que aqui.

Em relação aos veículos, os vendidos na Europa passam por regulamentações mais restritas. A cada lançamento, surgem novos recursos tecnológicos que reduzem cada vez mais os riscos aos ocupantes dos veículos. Além disso, eles possuem uma frota mais nova, primam pela segurança em detrimento das características dos veículos ou mesmo o *status* que eles representam.

(Disponível em: [https://mobilidade.estadao.com.br/mobilidade-para-que/pela-humanizacao-do-transito/.](https://mobilidade.estadao.com.br/mobilidade-para-que/pela-humanizacao-do-transito/))

Texto IV

Mortes no trânsito aumentam, e Brasil não cumpre meta global de redução de acidentes.

Compromisso assumido em 2010 determinava queda de 50% nas ocorrências; maior parte dos óbitos ocorre entre motociclistas.

(Disponível em: [https://www.brasilefato.com.br/2023/08/03/Fragmento.](https://www.brasilefato.com.br/2023/08/03/Fragmento))

Considerando os textos como motivadores, redija uma dissertação acerca do seguinte tema:

“A urgência do debate sobre a insegurança no trânsito no Brasil”.

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos. No caso do candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do Concurso Público.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos; e, ainda, uma Prova Discursiva (Dissertação) para os cargos de Nível Médio e Superior.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva – Nível Médio e Superior) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 4 (quatro) horas para todos os cargos. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva – Nível Médio e Superior).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva – Nível Médio e Superior) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento dos dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.